



## A ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

Convido-vos, minhas senhoras e meus senhores, amigos, todos, se me permitis esse tratamento, para uma viagem no tempo. O período de tempo é relativamente longo, porém a viagem, em sintonia com esta época de velozes meios de transporte, será breve; tomará algumas dezenas de minutos. Como num passe de mágica, ela nos leva ao salão de sessões da Câmara dos Deputados, instalada num amplo casarão da Ladeira da Praça, onde, naquela noite de 7 de março de 1917, ia iniciar-se um encontro destinado a marcar a história cultural da cidade.

A data não fora escolhida ao acaso. Coincidia, propositadamente, com a data de fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos, a primeira instituição do gênero a existir no Brasil, criada, a 7 de março de 1724, na então capital da Colônia, por D. Vasco Fernandes Telles de Menezes, Conde de Sabugosa, 39º Governador da Bahia. A coincidência reatava a tradição. Significava o elo de uma cadeia sucessória. E por entender isso o saudoso Austregésilo de Athayde, presidente, por tantos anos, da Academia Brasileira, por mais de uma vez sugeriu que inscrevêssemos no emblema de nossa entidade a expressão: "Primeira Academia de Letras do Brasil".

Mas, voltemos ao salão da antiga Câmara dos Deputados, onde iria começar, às 8 horas da noite, a sessão de fundação desta entidade.

A idéia de criar a Academia fora de Arlindo Fragoso. Governava a Bahia o Dr. Antônio Moniz e a situação política do Estado era de luta constante entre os seabristas, correligionários do governador, e os ferrenhos opositoristas pertencentes quer à corrente severinista, quer a outros grupos. É prova da extrema habilidade de Arlindo Fragoso a adesão de tantos adversários políticos à sua iniciativa de fundar um grêmio de cultura que os reunisse. Simbolizando essa espécie de trégua, ali estavam a cumprimentar-se com um respeito que contradizia a costumeira troca de invectivas, os próprios Antônio Moniz e Severino Vieira.

A Academia nascia, desse modo, como um espaço neutro na turbulência da paixão política; como um terreno propício senão à conciliação entre contrários, ao menos como um lugar de diálogo.

Todavia, bem mais importante que o esboço de entendimento entre políticos era a representatividade do quadro de fundadores da Academia. Arlindo Fragozo procedeu com extraordinário acerto na composição desse quadro. As escolhas comprovam que ele sabia quais eram, de fato, os homens de alto merecimento na Bahia do seu tempo. Selecionou-os segundo um único critério: o do valor de cada qual, sem levar em conta posição partidária, estima pessoal ou grau de fortuna. E ninguém se insinuou para figurar entre os escolhidos.

Tanto tempo decorrido, passadas, já, essas longas oito décadas, ainda parecem vivas muitas das pessoas que Arlindo Fragozo convidou para fundarem a Academia. Essas pessoas morreram, fisicamente, mas sobrevivem nas obras e na fama. Quem, possuindo ainda que o mínimo conhecimento da vida cultural baiana, ignorará os nomes de Teodoro Sampaio, de Ernesto Carneiro Ribeiro, Pirajá da Silva, Xavier Marques, Braz do Amaral, Carlos Chiacchio, Arthur de Salles, Gonçalo Moniz? Ou de Simões Filho, Prado Valladares, Octavio Mangabeira, Oscar Freire, Virgílio de Lemos, Afrânio Peixoto, João Américo Garcez Fróes, Filinto Bastos, Moniz Sodré, Miguel Calmon, Eduardo Espínola, Pinto de Carvalho? Ou, ainda, os nomes de José Joaquim Seabra, Severino Vieira, Carlos Ribeiro, Aloysio de Carvalho (Lulu Parola), Campos França, Egas Moniz (ou seja, Pethion de Villar), Torquato Bahia, Clementino Fraga, Almachio Diniz? E, entre eles, Ruy Barbosa, *primus inter pares*.

Pois todos esses vultos notáveis participaram da criação desta Academia. Relendo seus nomes, envolve-nos em sentimento de admiração pela natureza da elite intelectual que a Bahia possuía naquela oportunidade; como, também, a consciência da responsabilidade que pesa sobre todos nós, os sucessores daqueles homens, no sentido de cultivarmos os altos objetivos que os reuniam.

Há dez anos, quando da passagem dos setenta anos da Academia, coube a Cláudio Veiga proferir o discurso comemorativo. Na sua primorosa oração, ele se baseou no depoimento de Carneiro Ribeiro para recordar os personagens que tomaram parte no ato de fundação. Arlindo Fragozo era descrito como homem "de baixa estatura e corpulento, feições não muito apolíneas", (que) "se transfigurava na tribuna". "O sábio Gonçalo Moniz, com seu pigarro, aparecia sorridente, envergando, em plena noite de verão, um fraque cinza, estilo britânico". "Teodoro Sampaio, sábio da engenharia, entrava com seu passo cadenciado de tropeiro de sapato de verniz".

Durante a cerimônia de fundação, presidida pelo governador, foi escolhida a primeira diretoria, sendo Ernesto Carneiro Ribeiro aclamado presidente. Arlindo Fragoso ficou como 1º Secretário.

A instalação solene aconteceu no dia 10 de abril, no mesmo salão da Câmara dos Deputados, "perante uma seleta e numerosa assistência", consoante a linguagem estereotipada da imprensa. A julgar pelo número e extensão dos discursos, a sessão deve ter entrado pela madrugada. Foram cinco os oradores. Falaram Arlindo Fragoso, Xavier Marques, Afonso de Castro Rebello, José de Oliveira Campos e Ernesto Carneiro Ribeiro.

Ao ser formalmente instalada a Academia já possuía o seu estatuto, cujo projeto, elaborado pela diretoria, fora aprovado em duas reuniões.

Esse entusiasmo inicial não se manteve por muito tempo. Percebe-se isso pelo número decrescente de reuniões: doze em 1917, duas em 1918. E ano houve, segundo assinala Renato Berbert de Castro, o mais fértil estudioso da história da Casa, em que a Academia não se reuniu uma única vez.

Outra indicação do precoce esmorecimento foi o abandono, durante treze anos, da obrigação estatutária de publicar a Revista. Apesar da existência de lei estadual prevendo sua impressão, gratuitamente, pela Imprensa Oficial, somente em 1930 foi editado o primeiro número, que pôde sair do prelo graças, principalmente, ao empenho de Deraldo Dias de Moraes. Ele fazia parte da Comissão de Redação, juntamente com Carlos Chiacchio e Roberto Correia. A Deraldo Dias a Academia, nesse período letárgico, ficou a dever, também, os outros cinco primeiros números do seu órgão de divulgação.

A razão principal do desmaio da instituição, já nos primeiros anos, terá residido na falta de um líder, imbuído de ânimo e paixão pelos ideais da Casa, que assumisse o comando das atividades, e desse cumprimento ao vasto programa delinado no estatuto. Esse dirigente maior deveria ter sido Arlindo Fragoso. Ele fizera nascer a Academia e decerto imaginara, com larga visão, o seu futuro. Mas já em 1918 deixara a Bahia, para exercer, no Rio de Janeiro, o mandato de deputado federal. Os primeiros presidentes, conquanto pessoas altamente qualificadas, e razoavelmente interessados na sobrevivência da agremiação, não lograram, por motivos vários, conseguir que ela crescesse, sequer se consolidasse.

A respeito desse período, lembra Renato Berbert que a Academia "só ganhava um pouco de vida quando falecia algum acadêmico, e se cogitava de

substituí-lo, mas mesmo assim tão sem entusiasmo que as vagas se acumulavam, havendo época em que seis cadeiras se encontravam vazias, sem contar os eleitos que não se apressavam, nem eram apressados, em tomar posse".

Afora a ausência de uma liderança dinâmica, a outra causa do desalento consistia na falta de sede própria, onde pudesse existir uma estrutura de apoio administrativo capaz de secundar a atuação dos dirigentes.

Durante longo tempo a Academia viveu de déu-em-déu, sem pouso permanente. Nos primeiros anos teve por abrigo o casarão da Ladeira da Praça, onde ocorrera a fundação. Mudou-se, depois, para o prédio da Biblioteca Pública, na antiga Praça Rio Branco. Foi abrigar-se, a seguir, no edifício do Instituto Histórico, donde passou para um pequeno sobrado junto ao viaduto das Mercês.

Essas mudanças constantes, que tornavam inviável até a manutenção do endereço, quanto mais a reordenação da biblioteca, terminaram, afinal, quando o Interventor Landulfo Alves - um dos mais corretos e operosos governantes que a Bahia tem tido - doou à Academia a casa do Terreiro. Aconteceu isso em 1941. Era presidente Carlos Ribeiro.

Alojada sob teto próprio, não obstante as condições relativamente precárias do velho imóvel, pôde finalmente a Academia organizar-se. Era como se, enfim, adquirisse personalidade. E, de fato, de então em diante passou a reunir-se regularmente, a ter um embrião de serviço administrativo, a arrumar, como possível, sua livraria, a dispor de espaço para as solenidades.

Já observei, palavras atrás, repetindo verdade sabida e comprovada, que as instituições, tal como empresas, ou quaisquer empreendimentos coletivos, carecem de dirigentes abnegados, que impulsionem sua atuação. A Academia tem tido vários. É sempre temerário destacar nomes, mas tenho por inegável que nossa entidade muito deve à zelosa direção de Carlos Ribeiro, de Luiz Pinto de Carvalho - presença infalível e demorada, todas as tardes, na sede do Terreiro -, de José Calazans -que, ajudado por Zitelmann de Oliva, tanto lutou contra as goteiras e o cupim, naquele antigo prédio -e, nestes últimos dezesseis anos, de Cláudio de Andrade Veiga.

Não é sem razão que Cláudio tem o apoio unânime dos seus confrades. Dificilmente se encontrará, em qualquer agremiação, cultural ou não, quem se haja identificado tão completa e fielmente com a natureza e a missão da entidade; e quem exerça sua alta direção com igual discrição e modéstia. Sêrio e cordial,

equilibrado, amigo da consulta e do consenso, tem sabido manter com os companheiros um relacionamento inalteravelmente amistoso,mas baseado, principalmente, nos compromissos com os desígnios da instituição.

Importa, mais que tudo, salientar que Cláudio preside a Academia com a autoridade derivada do fato de ser um dos seus mais categorizados integrantes; dos que, não obstante o volume de trabalho já feito, e do vasto renome, continuam lendo, estudando, pesquisando, produzindo.

O bom êxito do trabalho do nosso presidente tem parte de sua explicação na ajuda de um cirineu, o cordial e competente Carlos Cunha, cujo bom-gosto se reflete nos convites e publicações da Academia, assim como na edição da Revista. Modelo de fidelidade e delicadeza, licenciou-se do verso para dedicar seu tempo à direção administrativa da Casa. Temo-lo não como funcionário, mas como uma espécie de acadêmico honorário.

Além de Carlos Cunha, Cláudio soube cercar-se de uma equipe de servidores dedicados, quase todos dos quadros do Estado e postos à disposição da Academia, sendo os responsáveis pela boa ordem dos diferentes serviços.

No começo de sua série de mandatos, teve Cláudio Veiga a alegria de ver a Academia em sede nova e definitiva, graças ao amparo que lhe dispensou o Governador Antônio Carlos Magalhães; amparo que não se limitou à iniciativa da lei de doação deste belo e valioso imóvel, mas se estendeu à concessão dos recursos necessários à aquisição de todo o mobiliário. Com isso, a Academia se tornou uma das sociedades literárias do País mais dignamente instaladas. Recebeu, posteriormente, móveis ofertados pelas famílias de confrades falecidos, e o precioso presente da coleção de peças de biscuit que durante sua vida formara o médico Eliezer Audíface, cujo filho, o artista Luís Henrique Audíface, teve o belo gosto de doar à Academia. Colocadas em mostruários, essas peças de fina cerâmica européia hoje ornamentam a sala de visitas do palacete Góes Calmon, a nossa sede.

Apesar do aspecto requintado do seu interior, esta casa - construída para ser o lar de uma família - não dispunha do largo espaço requerido pela biblioteca. A generosa solução veio da parte de dois empresários, amigos da Bahia e de sua cultura: Manoel Suarez Meijón e César de Araújo Matta Pires. Fizeram construir o pavilhão que ocupa parte dos fundos da área externa da sede, no qual existe agora lugar bastante para acomodar, com folga, o acervo de nossa livraria. A Academia

procurou retribuir o gesto de excepcional colaboração, trazendo os dois empresários para seus quadros, como Sócios Beneméritos.

Sócio Benfeitor já o era Antônio Carlos Magalhães.

Não teve a Academia governante que mais a ajudasse. Na sua terceira gestão, como chefe do Executivo, promoveu, junto à Assembléia Legislativa a aprovação da lei determinando a inclusão no Orçamento Geral do Estado, anualmente, de verba destinada ao custeio do funcionamento desta Casa, assim como do Instituto Histórico. Hoje exercendo o mandato de Senador da República, e há pouco elevado à presidência da Câmara Alta, tem tido o cuidado de destinar à Academia parte da verba de subvenções e auxílios que lhe cabe aplicar.

O eminente homem público age desse modo - creio eu -, porque bem lembrado do apreço que seu pai tinha pela Academia, a cujas sessões era dos mais assíduos e as quais sempre ilustrava com seus comentários, homem que era de saber enciclopédico; mas, também porque possui especial sensibilidade para as coisas da inteligência, consoante tem dado provas sobejas. Vem ajudando nossa Casa conduzido pela certeza de que ela é, atualmente a instituição particular de cultura mais atuante, em nosso meio.

De fato, a Academia tem estado destacadamente presente no quadro do pensamento baiano. E não só baiano, como nacional. Vêm alcançando, anualmente, esta dimensão os prêmios que institui, com o apoio material da Companhia Petroquímica do Nordeste, Copene, para contemplar trabalhos nos vários gêneros literários, ou sobre grandes temas relacionados com a cultura, a exemplo do prêmio deste ano, dedicado ao terceiro centenário da morte do Padre Antônio Vieira.

A Revista, após aqueles anos iniciais de desânimo, ganhou razoável regularidade e já se encontra no número 42. Aliás, sempre é uma luta difícil obter recursos necessários para uma nova edição. Repetindo o fadário dos seus predecessores, Cláudio - por vezes acompanhado de um colega solidário - costuma bater em várias portas até achar o mecenas disposto ao patrocínio. Mas, é sempre motivo de regozijo e festa a obtenção de um novo número, como uma não pequena vitória duramente conquistada.

A Revista não é exclusiva dos acadêmicos. Deixou de o ser desde que, em boa hora, passou a receber colaborações de outros escritores e poetas, indicando, por essa maneira, que a Academia abria suas portas à comunidade cultural, sem discriminações alheias ao merecimento. A própria composição do quadro social,

notadamente de certo tempo para cá, mostra essa salutar indiferença entre ideologias, para recomendar a agremiação como um estuário de correntes de pensamento, como que buscando, simbolicamente, uma síntese entre idéias divergentes, mas que convergem, com seu lastro de idealismo, para o bem da Humanidade.

A mudança do processo de eleição de novos acadêmicos veio revelar-se útil também para a melhor representatividade de áreas da cultura e setores da opinião.

Essa mudança ocorreu durante a década de 80 e após um desagradável episódio de escolha de candidato a vaga então aberta. A Academia, pelo voto de sua maioria, deliberou alterar o estatuto, de forma a ser ela própria que selecionasse seus novos integrantes. Dois notáveis juristas, nossos confrades, Nelson Sampaio e Machado Neto, incumbiram-se de elaborar a emenda, que agora está incorporada à nossa lei interna.

O novo sistema de escolha, único entre as instituições congêneres, tem dado certo. Com sua aplicação, terminou a prática das autocandidaturas, que tantas vezes determinou o retraimento de figuras de valor, e outras tantas assanhou os cabotinos de plantão. Adotando este processo, que atribui à Academia a iniciativa e a responsabilidade exclusivas do recrutamento, sob as vistas atentas da comunidade, temos trazido para o nosso meio intelectuais da melhor categoria, os quais de outra maneira aqui não estariam. Dir-se-ia que voltamos ao método utilizado por Arlindo Fragoço para constituir o soberbo corpo social com que a instituição surgiu.

Outra evidência de que a Academia tem procurado voltar-se para a comunidade, isto é, daquela parcela que estuda, que procura melhorar seus conhecimentos, ou a que está em fase de formação nas escolas, são os cursos que promove, fornecendo certificados de freqüência, e nas palestras e conferências que patrocina, quando não em suas próprias sessões ordinárias, realizadas no salão do pavimento térreo, nas quais acadêmicos e outros assistentes sentam-se, indistintamente, em torno da grande mesa, para ouvirem as comunicações sobre temas de cultura.

Mais uma demonstração da identificação da Academia com os produtores culturais, ainda que iniciantes, ou ainda pouco conhecidos, vem a ser a cessão da sede, sem qualquer ônus, para lançamento de livros. Estes atos já se contam por muitas dezenas, nesses últimos anos. Atraindo freqüentemente grande número de pessoas,

concorrem para popularizar a sede da Academia, para fazer dela o que realmente deseja ser, como Casa de Cultura da Bahia.

Ao falar na solenidade de instalação da Academia, Arlindo Fragoço, o fundador, lembrou passagens do discurso de Renan quando foi recebido na Academia Francesa. Num dos trechos, assim se expressou o grande escritor francês: "Reunir os homens é estar bem perto de reconciliá-los, é, pelo menos, prestar ao espírito humano o mais assinalado dos serviços, por isso que a obra pacífica da civilização resulta de elementos contraditórios, mantidos face a face, obrigados a se tolerarem, conduzidos a se compreenderem e quase a se amarem.

Arlindo Fragoço viu nestes conceitos de Renan o objetivo maior da instituição que acabara de surgir. Disse, naquele discurso: "Missão social, e nobilíssima, em que se entrevê, como a suprema luz; o destino final da Humanidade, ela é nossa também, e a teremos cumprido, como um dever que procede dos nossos compromissos, se, no volver do tempo e ao suceder das gerações, a Academia de Letras da Bahia souber prezar, por seus Ilustres membros, o Evangelho que me veio d'alma ao pensamento, e em que, como um lema de trabalho, a sua fé, a sua bandeira, fulge em letras de ouro nas insígnias de nossa distinção: - Servir à Pátria honrando as Letras".

Escutai-nos, onde quer que estejais, espírito imortal de Arlindo Fragoço! Soubemos prezar e preservar o nosso evangelho. Oitenta anos decorridos, vossa Academia floresce como nunca. No conceito que conquistou junto à comunidade baiana, no estímulo que tem dado às manifestações da inteligência, no trabalho de difusão da cultura, na contribuição para a convivência e o entendimento dos homens de pensamento, na preservação do idioma, no estudo de nossa tradição literária, enfim, na concretização de suas elevadas finalidades, esta Casa tem a reconfortante consciência de que hoje realiza plenamente vossos ideais!

Jorge Calmon